

Márcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA



Um Senado melhorado

"Esta legislatura não está acabando. Está se desmanchando", observa Nelson Jobim, com o distanciamento de quem resolveu encerrar a sua atividade parlamentar após dois mandatos.

A conversa começara em torno da falta de número constatada neste dito "esforço concentrado". Só vieram a Brasília os que o deputado Paulo Delgado (PT-MG) costuma chamar de "os idiotas de sempre", em cujo rol se inclui. São os parlamentares mais responsáveis, quase todos membros do núcleo decisório do Congresso, que atendem às convocações da presidência na esperança que, por uma vez, o baixo clero também vá fazer um esforço para cumprir as suas obrigações.

Chegar a setembro sem ter o Orçamento do ano aprovado é não só inédito como inconstitucional. Mais inédito ainda é aprovar o Orçamento por acordo de lideranças, rejeitando em bloco todas as milhares de emendas específicas, que são a razão de ser dos mandatos da maioria dos deputados. Transformados em despachantes de luxo, esses deputados passam o tempo pageando prefeitos pelos ministérios e tentando arrumar verbas para os seus municípios. Logo, a única peça legislativa que realmente lhes interessa é o Orçamento. Desta vez, nem isso.

Será a próxima legislatura melhor do que essa? Jobim não tem grandes esperanças a respeito da Câmara, dado que o sistema para eleições parlamentares continua o mesmo. Acha que haverá melhorias nas bancadas de alguns partidos em certos estados, como é o caso do PPR do Rio Grande, mas, em essência, continuaremos a ter uma Câmara de vereadores federais, radialistas, pastores evangélicos, sindicalistas e milionários. No entanto, assinala que o Senado terá um número muito maior de representantes com experiência administrativa ou com liderança político-ideológica.

Examinando as disputas senatoriais é difícil não dar razão ao deputado gaúcho. Em muitos estados, uma das vagas em disputa ficará com um ex-governador. Nesta lista entram, entre

outros, Vilson Kleinubing, de Santa Catarina; Roberto Requião, do Paraná; possivelmente Francelino Pereira, de Minas Gerais; Iris Rezende, de Goiás; Gerson Camata, do Espírito Santo; Antônio Carlos Magalhães, da Bahia; talvez Carlos Wilson, de Pernambuco; Ronaldo Cunha Lima, da Paraíba; Jader Barbalho, do Pará; e Gilberto Mestrinho, do Amazonas. São, em sua maioria, muito conservadores, o que não significa que sejam necessariamente refratários a propostas de caráter prático que lhes venham a ser feitas pelo novo Governo. A estabilidade do funcionalismo público, por exemplo, não deverá contar com o apoio de quem já sentiu na carne os seus efeitos sobre a governabilidade.

Outro bloco de senadores a serem eleitos, mais representativos que os atuais, é composto por lideranças de correntes ideológicas importantes. José Serra, de São Paulo, representará bem a ala social-democrata mais próxima do empresário privado, fazendo um contrapeso à petista Luisa Erundina, caso ela consiga superar o hiperconservador Romeu Tuma. O PT poderá eleger mais dois ou três senadores, inclusive a carioca Benedita da Silva. Waldir Pires, da Bahia, representante do trabalhismo clássico, está na linha das tradições do seu estado, que desde a República Velha contrabalança o pragmatismo político com o seu oposto, o idealismo jurídico. Na Bahia, a divisão continua a ser entre J. J. Seabra e Rui Barbosa. Pernambuco mandará para o Senado o primeiro eurocomunista, Roberto Freire, do PPS. Líder do Governo Itamar na Câmara, ele já pode demonstrar a sua flexibilidade e capacidade de negociação. Finalmente, no Ceará, travava-se uma batalha do velho contra o novo. Talvez termine em empate, elegendo-se o tradicional Mauro Benevides e um dos candidatos do grupo de Tasso Jereissati, Lúcio Alcântara, do PDT.

O futuro Senado será representativo das opiniões políticas da maioria dos brasileiros. Um avanço. Esperemos que, contrariando as previsões de Nelson Jobim, a Câmara também o seja.